INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 19/04 A 23/04



Sistema CNDL

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL



CENÁRIO

O encerramento da semana passada foi marcado pela criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigará a gestão do governo federal na Pandemia da Covid. Com a anulação pelo STF das condenações de Lula e seu impacto para as eleições em 2022. E a Câmara avançando na discussão sobre a Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito.

Nesta semana, com o feriado de Tiradentes na quarta-feira (21), o Congresso Nacional (CN) adotou um calendário diferente de funcionamento. Serão realizadas sessões para a deliberação de vetos presidenciais nesta segunda e terça-feira, com a participação alternada de deputados e senadores. Segunda foi aprovado pelo CN o PLN 2/2021, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 para possibilitar a reedição de medidas de combate à pandemia sem a necessidade de apontar medidas compensatórias no orçamento. Com isso, é esperado que o governo reedite algumas das medidas adotadas em 2020, como o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, que possibilita a redução proporcional de jornada e salário, além de dar continuidade ao Pronampe.

Além das sessões do Congresso Nacional, é esperado que a Câmara realize sessão deliberativa na quinta-feira (22), para a votação de medidas provisórias que se aproximam do fim de sua vigência, notadamente as MPVs 1016 e 1017/2020, relativas aos fundos constitucionais regionais. Na Câmara, algumas comissões convocaram reuniões deliberativas para a semana, mas é esperado que a movimentação seja menor do que a das semanas anteriores, devido ao não funcionamento na quarta-feira.

Já no Senado Federal, não haverá sessão deliberativa no plenário, apenas a participação dos senadores nas sessões do Congresso Nacional.



PAUTA DO CONGRESSO NACIONAL

SEGUNDA-FEIRA (19)

O Congresso Nacional abrirá a semana com deliberação dos Vetos nºs 56 de 2019, 35 e 50 de 2020; 1, 4 a 10 de 2021 e do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2 de 2021.
As sessões serão realizadas em 3 fases:

- **10h -** Deputados Federais
- **16h** - Senadores
- **19h** - Deputados Federais

Dentre os itens pautados, destacamos:

Veto Parcial 50/2020
Veto Parcial aposto a MPV 983/2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de "softwares" desenvolvidos por entes públicos.
Posicionamento: pela derrubada.

Veto Parcial 6/2021
Veto Parcial aposto ao PLP 19/2019, que define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores.
Posicionamento: pela manutenção.

PLN 2/2021
Altera a Lei no 14.116, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021.
O projeto foi enviado para viabilizar a reedição de medidas de combate às consequências da pandemia, como o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda e o Pronampe.
Posicionamento: pela aprovação.



PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

TERÇA-FEIRA (20)

15h – PLENÁRIO DA CÂMARA

CD | Líderes definem a pauta da semana, prevê reuniões nesta terça-feira (20) às 15 horas, e na quinta-feira (22) às 9h30, com as seguintes proposições pautadas:

Proposições:

MPV 1016/2020 - Renegociação extraordinária no âmbito dos Fundo Constitucional regionais.
MPV 1017/2020 - Diretrizes para a quitação e renegociação das dívidas debêntures relacionadas aos fundos regionais.
PL 886/2021 - Isenção de tarifa a morador de município com pedágio.
PL 5829/2019 – Micro geradores de energia.
PL 1943/2019 - Campanha de divulgação de igualdade de direitos trabalhistas entre homens e mulheres.
PL 1561/2020 - Institui a "Loteria da Saúde".
PL 795/2021 - Prorroga a Lei Adir Blanc (auxílio ao setor cultural).
PL 5595/2020 - Educação Básica e Superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

Urgências:

REQ 1845/2019 - PL 468/2019 - Cria o Cartão Nacional de Vacinação On Line.
REQ 1227/2020 - PL 2750/2020 - Licença temporária para operação de emissoras de radiodifusão comunitária.
REQ 584/2021 - PL6764/2002 - Tipifica os Crimes contra o Estado Democrático de Direito.



REQ 747/2021 - PL 1295/2021 - Aquisição de insumos e medicamentos de combate à pandemia sem licitação.
REQ 768/2021 - PL 591/21 - Organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

9h Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

PL 8164/2014 - do Sr. Hugo Motta - que "dá nova redação ao caput do art. 52 do Decreto-Lei no 37/66, para dispor sobre a fixação do limite máximo de valor para o despacho aduaneiro simplificado". Explicação: Limite máximo de US$ 10.000.00(dez mil dólares americanos).
Relator: Deputado SERGIO SOUZA.
Parecer: Pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.
Posicionamento: A Favor do projeto; A Favor do Parecer.

9h30 - Comissão De Trabalho, Administração E Serviço Público E Energia (CTASP)

PL 450/2015 - do Sr. Augusto Carvalho - que "altera-se dispositivos da Lei no 11.788, de 25 de setembro de 2008, o qual dispõe a respeito dos estágios dos estudantes e dá outras providências".
RELATOR: Deputado LUCAS GONZALEZ.
PARECER: pela aprovação dos Projetos de Lei nos. 7.291/17, 10.917/18, 5.477/19 e 3.589/20, apensados, com Substitutivo, e pela rejeição deste e do Projeto de Lei no 6.115/16, apensado.
Posicionamento: Favorável ao Parecer e ao Projeto de Lei.

PL 8303/2017 - do Sr. André Figueiredo - que "suprime o art. 442-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O qual prevê que a contratação do autônomo, observadas as formalidades legais, afasta a qualidade de empregado de Lei

prevista no art. 3º da Consolidação.
RELATORA: Deputada FLÁVIA MORAIS.
PARECER: pela aprovação deste e do Projeto de Lei no 2.755/19, apensado, com Substitutivo, e pela rejeição do Projeto de Lei no 11.153/18, apensado.
Posicionamento: Contrário ao Parecer e ao Projeto de Lei.

9h30 - Comissão De Viação E Transportes (CVT)

PL 2766/2015 - do Senado Federal - Vanessa Grazziotin - (PLS 166/2012) - que "altera a Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, e a Lei no 6.189, de 16 de dezembro de 1974, para tornar obrigatória a utilização de sistema de rastreamento por satélite nos veículos e nas embarcações utilizados para o transporte de cargas perigosas".
RELATOR: Deputado PAULO GUEDES.
PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo.
Posicionamento: Contra o Parecer; Contra o Projeto.

PL 58/2020 - do Sr. Alexandre Frota - que "altera as disposições da Lei 12.587 de 03 de janeiro de 2012, artigo 11-A, para inserir o limite de remuneração dos serviços de plataforma digital".
RELATOR: Deputado RODRIGO COELHO.
PARECER: pela rejeição.
Posicionamento: A Favor do Parecer; Contra o Projeto.

13h - Comissão De Cultura (CCULT)

PL 795/2021 - do Senado Federal - Wellington Fagundes - que "altera a Lei no 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc), para estender a prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores(Lei Aldir Blanc), para estender a prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios".



RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI.
PARECER: pela aprovação deste, com emenda de redação, e pela rejeição de todos os seus apensados.
Posicionamento: Favorável ao Parecer e ao Projeto de Lei.

13h - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

PL 7239/2010 - Acrescenta art.31 – à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", para regular a interrupção da prestação de serviço público por inadimplência , a inscrição de usuário inadimplente em cadastro público de devedores.
Relatora: Fernanda Melchionna (PSOL-RS)
Posicionamento: Neutro ao parecer apresentado.

QUINTA-FEIRA (22)

9h - Comissão De Defesa Do Consumidor

REQ 16/2021 - do dep. Felipe Carreras (PSB/PE), requer a realização de audiência pública para debater **cronograma de vacinação pública e privada**, em que convida o Ministro da Saúde.

REQ 18/2021 - o Sr. Jorge Braz - (PL 11068/2018) - que "requer a realização de reunião de audiência pública para debater o Projeto de lei no 11.068/2018 que estabelece que a oferta e a afixação de preços de bens e serviços
para o consumidor também deverá ser feita em braile".
Posicionamento: A Favor do Requerimento.



PL 1510/2015 - do Sr. Uldurico Junior - que "proíbe o repasse ao consumidor de qualquer valor a título de corretagem".
Relator: Deputado Pedro Augusto Bezerra
Parecer: pela aprovação nos termos do Substitutivo adotado pela CDEICS.
Posicionamento: Contra o projeto e o Parecer.

PL 533/2019 - do Sr. Júlio Delgado - que "acrescenta o parágrafo único ao artigo 17 e § 3o ao artigo 491, ambos do Código de Processo Civil". Explicação: Altera a Lei no 13.105 de 2015.
RELATOR: Deputado VINICIUS CARVALHO.
PARECER: Parecer do relator, Dep Vinicius Carvalho, pela aprovação do PL no 533/2019, e da emenda no 1/2019, apresentada ao Substitutivo, com Substitutivo.
Posicionamento: Ampliação do debate através de audiência pública e análise da CDEICS.

PL 4382/2019 - do Sr. Mauro Nazif - que "dispõe sobre a vedação do fornecimento de comprovantes em papel de material termossensível".
RELATOR: Deputado VINICIUS CARVALHO.
PARECER: contrário ao PL no 4382/2019.
Posicionamento: Favorável ao parecer; Contrário ao projeto.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL SPC BRASIL

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS
SEMANA 19/04 A 23/04





AGENDA LEGISLATIVA

ALES. MSG 44/2021. Veto Total ao PL 54/21 (Consumidor - cobrança de dí vida) – Estabelece critérios no Estado do Espírito Santo para a cobrança de dívidas dos consumidores, na forma que especifica.

Situação: Aguarda encaminhamento à CCJ.

ALEPE. PL 1885/2021. (Agências de atendimento) - Altera a Lei que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, a fim de assegurar o direito ao atendimento prioritário, célere e sigiloso, em instituições financeiras, para as vítimas de violência doméstica e familiar sob medida protetiva de urgência e pessoas ameaçadas inseridas em programas de proteção do Governo do Estado de Pernambuco.

Situação: Aprovado parecer favorável com emenda na CCJ.

ALESP. PL 112/2021. (Cartório - Central de atendimento) - Institui o atendimento centralizado dos serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Protestos de Títulos e outros Documentos de Dívida no Estado.

Situação: Aprovado parecer conjunto da CCJ e CFOP, pronto para pauta da Ordem do Dia.



ALEGO | 20/04 às 15h. Pautado em segunda discussão, o PLE 68/2021 (Protesto - Postecipação) - Altera a Lei nº 19.191, de 29 de dezembro de 2015, que dispõe sobre os emolumentos dos serviços notariais e de registro e dá outras providências.

NOTÍCIAS

RIO GRANDE DO NORTE. Governo estadual declara "Estado de Calamidade Pública" em todo o território do Estado do Rio Grande do Norte até 13 de outubro de 2021.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL SPC

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro
(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles
(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira
(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector, Action e Radar Governamental.



INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

